

SESSÕES DO PLENÁRIO

85ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de outubro 2017.

PRESIDENTE: DEPUTADO SANDRO RÉGIS (1º SECRETÁRIO)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Angela Sousa, Angelo Almeida, Angelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Heber Santana, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Junior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiza Maia, Luiz Augusto, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Mirela Macedo, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robinho, Rosemberg Pinto, Samuel Junior, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó. (62)

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Da Deputada Angela Sousa comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 11/09/2017.

Do Deputado do Estado de Pernambuco Lucas Ramos, Coordenador-Geral da Frente Parlamentar em Defesa da Campanha Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf), dando ciência da instalação na Assembleia Legislativa de Pernambuco, no dia 05 de setembro de 2017, da referida Frente, que tem por

objetivo realizar estudos e debates sobre os efeitos da privatização do sistema Eletrobras, especialmente da Chesf.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Adolfo Viana, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Targino Machado:- Excelência, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não.

O Sr. Targino Machado:- Eu gostaria de solicitar uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

(Algum deputado se manifesta fora dos microfones.)

Meia hora de uma para a outra. De uma para a outra. Que faça zerar o painel e abra o tempo de 15 minutos, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido.

Há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Zerem o painel e marquem os 15 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu tenho um contraponto que dura mais 5 minutos. Então, deixe eu falar aqui rapidinho.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já está aberta a contagem da verificação de quórum, deputado Zé Neto. Se V.Ex^a quiser utilizar os 5 minutos, utilize dentro dos 15 minutos.

Por favor, marquem os 15 minutos no painel.

O Sr. Zé Neto:- Quando o senhor falou, eu pedi.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu falei antes, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Deixe eu explicar aqui, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a será atendido dentro dos 15 minutos da verificação de quórum.

O Sr. Zé Neto:- Eu estou explicando exatamente isso. Porque no começo (inaudível)... minutos a mais, que vai me dar mais 5 minutos para eu chamar os deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pode fazer.

O Sr. Zé Neto:- Mas aí já está dentro dos 15.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a não contraditou. Eu deferi e olhei para o deputado Joseildo Ramos. O deputado Joseildo Ramos olhou...

O Sr. Zé Neto:- Deixe eu lhe explicar aqui uma coisa. A coisa melhor que existe quando se está aí sentado é ser imparcial. Toda vez que tem essas confusões... eu peço a V.Ex^a que... está errado, sabe porquê? Porque, por exemplo, eu poderia na minha contradita dizer que não precisava contar o tempo. Eu poderia dizer a V.Ex^a como é.

Então, tem que ter 5 minutos para que a contradita seja feita. Acho que o correto é esse procedimento.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, deputado Zé Neto...

O Sr. Zé Neto:- A Oposição pede uma coisa, e 5 minutos são dados. A mesma coisa tem que ser quando o Governo falar. Quando o Governo tomar um posicionamento, a Oposição terá 5 minutos. V.Ex^a tem que entender que é de uma bancada de minoria e aqui a Bancada da Minoria tem de trabalhar, mais ainda, para que esses preceitos sejam respeitados.

É a inversão dos valores. Antigamente, o que se dizia aqui é que era um rolo compressor. Eu não tenho trabalhado com o rolo compressor. Agora, V.Ex^a tem de entender que esses 5 minutos valem para os dois lados. Não é chegar e dizer: “Ah, ele pediu”. Claro, ele quer ganhar tempo. Eu quero por 5 minutos. Então, estou fazendo uma questão de ordem para que V.Ex^a conte o tempo a partir dos 5 minutos que eu tenho para fazer a minha contradita. Acho que esse é o respeito que a Oposição merece, porque a Oposição é minoria. V.Ex^a está usando um artifício que, parece-me que V.Ex^a pensa assim: “Vou fazer do jeito que eu quiser!” Não é assim, Excelência.

Não é assim.

Estou lhe dizendo isso porque a relação que temos de ter aqui na Casa passa pelo Regimento, passa pelos costumes e passa também por esses conceitos. Porque acho que quem ganha mais é a Oposição do que a Bancada de Governo. A Bancada do Governo, se quiser, pode dizer: “Bom, tenho maioria, vou fazer do jeito que eu quero”. É assim? Não é. Eu não faço assim; eu não uso desse preceito.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Deputado Zé Neto, V.Ex^a, como jurista, formado em Direito, como parlamentar, nem presença marcou para solicitar uma verificação de quórum.

O Sr. Zé Neto:- A minha presença estava marcada.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- V.Ex^a nem marcou.

O Sr. Zé Neto:- A minha presença estava marcada.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Eu escutei V.Ex^a, queria que V.Ex^a me escutasse também.

O Sr. Zé Neto:- Eu estou chamando a atenção que V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Quando o deputado Targino Machado pediu verificação de quórum, olhei para o deputado Joseildo Ramos para ver se ele ia contraditar.

O Sr. Zé Neto:- Eu já tinha feito isso aqui; eu apertei o botão.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Como o deputado Targino Machado pediu a verificação do quórum e também a contagem do tempo, eu dei ao deputado Targino Machado...

O Sr. Zé Neto:- Srs. Deputados que se encontram na Casa, compareçam ao Plenário, pois estamos fazendo uma apreciação do quórum para a permanência desta sessão. Mas está errado, Excelência. Eu tenho 5 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Então, quero dizer a V.Ex^a...

O Sr. Zé Neto:- (...) não tenho 5 minutos? Estou dentro dos meus 5 minutos ainda.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- (...) que tenho muito apreço a V.Ex^a, mas a sua questão de ordem está indeferida.

O Sr. Zé Neto:- Eu tenho 5 minutos, estou dentro dos meus 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, V.Ex^a tem até os 15 aí.

O Sr. Zé Neto:- Quero apenas dizer a V.Ex^a que esse tipo de conduta só faz esgarçar as relações nesta Casa. A Casa Legislativa tem que ter pelo menos balizamento. Eu nunca vi isso aqui. É a chamada esperteza. Olhe, não é essa esperteza que temos de ter aqui, porque somos todos...

(Alguns deputados se manifestam fora do microfone.)

Esse tipo de coisa é esperteza, e a esperteza não funciona. Acho que a esperteza já mostrou ao Brasil e a nós da classe política que não é o melhor caminho. O melhor caminho não é a esperteza. Isso está todo dia posto para nós, principalmente, e para o Brasil como um todo.

Ainda agora pela manhã, um amigo meu, um médico, botou no Facebook que teve um acidente com um caminhão de carne, ali em Amélia Rodrigues, e as pessoas estavam felizes porque se aproveitaram de uma tragédia e levaram a carne, levaram os mantimentos que estavam na carga desse caminhão. Imagine a esperteza do brasileiro!

Então a gente não tem de estar aqui propagando, nem inventando, nem criando esperteza. Acho que tem que ter pé no chão, respeitar aqui o Regimento e tocar as coisas com tranquilidade, especialmente nessa coisa de pedir quórum no começo de sessão. Está errado também. Quando não me interessar, vou botar a Bancada de Governo para derrubar a sessão logo que começar. Aí V.Ex^{as} vão começar a reclamar; vão dizer: “A Bancada de Governo não quer deixar a Oposição falar”. Então isso está errado.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Zé Neto:- Srs. Deputados que se encontram na Casa, compareçam ao Plenário.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pois não, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- (...) quero aproveitar os 5 minutos do meu tempo para convocar todos os deputados da Base do Governo que estão na Casa, nos gabinetes, no cafezinho, nos corredores, a comparecerem ao Plenário. Peço aos assessores que telefonem para os deputados. Existe uma questão de ordem solicitando uma verificação de quórum, e precisamos recuperar o quórum imediatamente, sob pena de a sessão cair ainda no Pequeno Expediente e não votarmos hoje.

Então, solicito a todos os deputados – principalmente aos da Base do Governo – que se encontram no cafezinho, nos corredores e nos demais recintos desta Casa que, por favor, venham se fazer presentes a este Plenário. Apelamos também aos

assessores e chefes de gabinetes para que telefonem para os Srs. Deputados, para que se façam presentes.

O tempo não pode se exaurir sem darmos início a esta importante sessão.

Portanto, solicitamos a todos os deputados da Base do Governo, àqueles os que ainda estão no restaurante, que, por favor, se dirijam a este recinto. Precisamos da presença de 21 Srs. Deputados para iniciarmos o debate no Pequeno Expediente. Todos os deputados da Base do Governo, estamos pedindo a presença de V.Ex^{as} para que possamos reiniciar esta importante sessão, para discutirmos esse importante projeto que está para ser votado no dia de hoje.

Repito, peço o empenho das assessorias dos Srs. Deputados da Base do Governo para que eles se façam presentes a este recinto.

Srs. Deputados da Base do Governo, existe aqui por parte do Líder do Governo um chamado para que todos compareçam a este Plenário. Não podemos deixar que esta sessão caia ainda no seu início sem que tenhamos feito qualquer debate no Pequeno Expediente.

Está chegando o deputado Zé Raimundo, temos agora 11 deputados; precisamos de mais 10 Srs. Deputados para que possamos reiniciar esta sessão.

Deputados da Base do Governo, por favor, se façam presentes, pois neste momento está sendo aferido o quórum pela Presidência em exercício desta Casa.

Deputado Rosemberg, deputado Bira Corôa, não sei se já se encontram aqui.

Enfim, deputados da Base do Governo, por favor se façam presentes, já que essa operação de crédito precisa ser votada ainda no dia de hoje, sob pena de causarmos prejuízo às ações que serão executadas pelo governo no próximo ano, que serão atividades principalmente na área social.

Temos agora 12, chegou a deputada Maria del Carmen, que vai cravar o número 13, esse grande número que levou a classe trabalhadora, os trabalhadores brasileiros a experimentarem outro patamar de vida. O deputado Pastor Sargento Isidório também chegou. Portanto, Srs. Deputados, fazemos aqui neste momento este apelo para que se façam presentes a este recinto.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Questão de ordem, deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado:- Sr. Presidente, a insegurança alcança todas as categorias; nem mesmo os policiais civis e militares essa insegurança poupa. Em apenas 72 horas a Polícia Militar perdeu dois de seus bons quadros: o subtenente Fortuna foi assassinado num *shopping* de Salvador, aqui na Paralela, e, ontem, o sargento Carlos José de Jesus Cruz foi vítima de homicídio. Ou seja, a insegurança na Bahia não está poupando nem mesmo os Srs. Policiais Militares.

Isso é uma vergonha, porque falta decisão política ao Sr. Governador para implementar as políticas de segurança pública necessária para dar uma boa segurança a nós todos, inclusive aos policiais civis e militares, que estão aí vivendo com medo. E isso acontece porque faltam policiais civis nas delegacias, porque faltam coletes balísticos – ou porque esses coletes estão vencidos –, porque faltam viaturas

padronizadas e despadronizadas, porque falta combustível para as viaturas rodarem dando segurança pública a nós todos e às nossas famílias.

Também porque em muitas delegacias do interior, deputado Jurandy Oliveira – como na da minha terra, São Gonçalo dos Campos, e na de Amélia Rodrigues –, falta carceragem. Se alguém for preso em flagrante em Amélia Rodrigues, terá de ser levado numa viatura para Santo Amaro; se for em São Gonçalo dos Campos, o preso terá de ser deslocado para Feira de Santana. Isso é uma vergonha!

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já tem quórum. Conclua sua questão de ordem, deputado Targino.

O Sr. Targino Machado:- Concluo dizendo que, além dessa segurança, também está faltando segurança até para os deputados de governo poderem vir dar presença para sustentar as sessões e as votações nesta Casa. E isso porque falta moral e credibilidade ao governo do governador Rui Costa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Sandro Régis):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

Antes, há o seguinte requerimento: (Lê) *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar o Projeto de Lei nº 22.417/2017, de autoria do Poder Executivo.*

Sala das Sessões, 03.10.2017.”...

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Pequeno Expediente.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana.

Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, o requerimento foi colocado em votação? Foi aprovado?

O Sr. PRESIDENTE (Sandro Régis):- Já está lido.

Sr. Paulo Rangel:- O.k.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, cidadãos que nos visitam nas nossas Galerias, nesse final de semana, fui convidado a participar de uma audiência pública, juntamente com os deputados Paulo Rangel e Luciano Simões Filho, em Remanso, onde a Câmara de Vereadores promoveu um grande debate envolvendo toda a sociedade daquela cidade. E o que foi discutido nessa audiência pública? Era uma audiência pública que pedia, objetivamente, para nós, deputados que estávamos presentes, trazermos ao conhecimento desta Casa Legislativa justamente a falta de segurança pública que existe hoje no Vale do São Francisco.

Todos que falaram fizeram questão de parabenizar os policiais militares e os policiais civis, reconhecendo que eles fazem um esforço sobre-humano para enfrentar o crime organizado no momento em que o governo não oferece aos policiais a condição de fazer esse enfrentamento.

Recebemos nessa audiência pública um documento da Câmara de Vereadores que solicita ao governo do Estado e ao secretário da Segurança Pública um aumento do efetivo da Polícia Militar. Hoje, a cidade de Remanso conta com apenas 28 policiais da Polícia Militar e com somente seis da Polícia Civil. É importante que o governo do Estado compreenda de uma vez por todas que o Vale do São Francisco faz parte do Estado da Bahia!

Porque, hoje, não só a cidade de Remanso, mas também todo o Vale do São Francisco se encontra desassistido por parte do governo do Estado. A todo momento caixas eletrônicos são explodidos, trabalhadores e trabalhadoras têm sido esculachados pelos criminosos, e o governo estadual simplesmente faz vista grossa, como se o Vale do São Francisco, como se a região Norte do Estado não pertencessem e não fossem responsabilidade do governo do Estado da Bahia.

Eu gostaria de fazer uma provocação a esta Casa Legislativa, que tem o dever de formular leis e de fiscalizar o Poder Executivo. E quando estávamos na cidade de Remanso, estávamos fiscalizando o Poder Executivo e constatamos que o governo do Estado não vem cumprindo com suas obrigações.

O combustível da polícia, quem dá é o prefeito Zé Filho. Para a alimentação dos policiais, é a Prefeitura Municipal que contribui, porque, se esta não fizer além das suas forças, a polícia para e a sociedade fica desassistida.

E qual é o papel de nós parlamentares, senão chamar a atenção do governador do Estado? O governador soube se fazer presente na cidade de Remanso no período pré-eleitoral e lá fez inúmeras promessas, inclusive a da BR, comprometendo-se até o final do seu mandato a reconstruir aquela estrada. Mas até hoje não voltou sequer para cumprimentar os filhos de Remanso.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Deputados, gostaria de conclamar a todos os parlamentares que são votados naquele município e têm uma atuação política lá, do Governo e da Oposição, a chamarem a atenção do governo do Estado. O governador teve lá quase 80% dos votos válidos, deputados, e infelizmente não teve a grandeza de voltar à cidade nem pra cumprir com suas promessas e obrigações. Uma delas é garantir segurança pública de qualidade a todos os baianos.

Eu finalizo meu pronunciamento dizendo, mais uma vez, do meu compromisso para com a região e o município do Remanso. E minha voz aqui irá crescer a cada momento na defesa da região, da cidade de Remanso, mas principalmente na cobrança incansável para que o governador do Estado da Bahia cumpra com suas obrigações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. das Galerias Paulo Jackson, os que nos acompanham pela imprensa, eu estava aqui ansiosa para

chegar a esta tribuna vendo Adolfo Viana se acalmar pra poder a gente também ter condições de fazer daqui as nossas colocações e os nossos convites.

Quero, presidente, convidar a todos para participarem amanhã, quando a Comissão dos Direitos da Mulher fará uma audiência pública sobre a questão da Auditoria Cidadã da Dívida.

Nós precisamos popularizar esse debate, fazer com que o povo brasileiro entenda pra onde está indo o nosso dinheiro. Não é justo, não é possível 40% do Orçamento deste País poderoso, grande, apesar dos golpistas que estão aí hoje entregando-o de mão beijada ao capital financeiro... o povo brasileiro precisa reagir, e esse debate amanhã na sala das Comissões, Sala José Amando, é muito importante.

Queria pedir o apoio, a presença dos deputados que puderem e, principalmente, das deputadas, porque nós vamos discutir a questão da dívida pública brasileira e esse problema da reforma da Previdência.

Sabemos que essa reforma – está lá o senador Paulo Paim concluindo uma CPI – é uma falácia, é uma fraude, é uma mentira! Não existe *déficit*! O que existe é uma articulação desse governo golpista, entreguista para retirar a previdência pública, social e entregá-la à iniciativa e previdência privadas.

Então gostaria muito de contar com a presença de todos. Acho que esse debate é fundamental, o brasileiro precisa entender isso. Não se fala em canto nenhum do Brasil, não se vê ninguém na mídia colocar o que é essa dívida brasileira. Dos trilhões – 2 trilhões e 600 bilhões – que o País arrecadou no ano passado, 43%, quase 44%, foram para pagar juros e amortização dessa tal dessa dívida que ninguém sabe para onde é que está indo! E precisamos neste momento perigoso que o nosso Brasil vive... Estamos vendo aí declarações de generais, jovens, crianças defendendo, se posicionando contra a democracia, apoiando um pré-candidato a presidente da República que é uma pessoa declaradamente homofóbica, racista, machista e estupradora, porque assume publicamente que não estuprou a deputada porque ela não merecia! Um cara com tendências nazistas fortíssimas!

Nós precisamos ver como é que precisamos cuidar dessa juventude, cuidar dessa parcela, porque é o nosso futuro que está em jogo. E digo a vocês, com 65 anos, que na minha adolescência estava nas ruas brigando contra a ditadura militar. Não imaginava que iríamos passar por um momento tão perigoso como está este! Quero inclusive fazer um apelo para que as igrejas, as escolas, as associações, a sociedade e o movimento organizado também façam essa discussão, porque a coisa está muito parecida com 64. Naquele ano eles criaram o mito de que os comunistas e a Rússia iriam invadir o Brasil pra tomar tudo da classe média, e vimos o resultado do golpe militar de 64.

Se este ano os militares não estão com força para dar o golpe militar, mas o golpe parlamentar, o golpe judiciário, a ditadura de ideias nós estamos vendo ser implantada no Brasil. Estou muito preocupada.

(O deputado Robinho fala ao lado da deputada.)

A Sr^a LUIZA MAIA:- Ditadura, sim senhor. E você se cuide, porque a elite, ou a classe média às vezes fica achando que não é nada demais. Mas viram aí, fizeram toda a articulação ...

O Sr. Robinho:- Coitadinha!

A Sr^a LUIZA MAIA:- Não sou coitadinha nada! Eu sou lutadora! Eu sou militante e estou na resistência! Eu não aceito ditadura! Nós vimos aí as declarações do general Mourão! Eu não sei quem foi que rebateu. Uma pessoa que faz uma declaração pública contra a democracia pode ter o nosso respeito?! Não pode! Então, precisamos cuidar disso.

Queria fazer um apelo a esta Casa, que é uma Casa política: que nós não podemos deixar passar esse debate, essa discussão do momento que este País vive, porque estamos vendo aí as histórias da Lava Jato, das corrupções e tudo mais! Mas no fundo o que está por trás disso é que, enquanto ficam debatendo o valor do recibo de aluguel de Lula, o Temer está entregando as nossas empresas estatais, o nosso patrimônio público ao capital financeiro. E aí não dá, não é, não, deputado Robinho?

Dê risada, que você riu quando a nossa presidenta caiu.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Para concluir, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- E estamos vendo aí o resultado do que está acontecendo neste Brasil.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de até 5 minutos, o deputado Marcell Moraes. (Pausa) Ausente. Com a palavra o deputado Targino Machado por 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da Imprensa, Srs. das Galerias, Srs. Funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*,...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Deputado Targino, desculpe. Eu vou considerar o discurso.

Só quero registrar, porque já tem um tempo, a visita dos estudantes da Escola Municipal Manoel Clemente Ferreira, do bairro de Vila Canária, e agradecer a presença deles.

V.Ex^a terá o tempo descontado.

O Sr. TARGINO MACHADO:- Pois não.

(...) é triste a situação da nossa Bahia. Em qualquer quesito – em qualquer quesito – o governo da Bahia vai mal! É triste pegar o noticiário, deputado Paulo Rangel, petista de sete costados. Eu tenho certeza de que V.Ex^a não aprova isto. O governador Rui Costa abraçado com uma ex-prefeita de Barreiras, ex-deputada desta Casa, condenada por ter desviado recursos públicos lá nos anos de 2009 a 2012.

Dela não foi exigido currículo para assumir uma secretaria, porque no governo Rui Costa infelizmente currículo não vale nada. Para assumir cargo público, notadamente secretarias, precisa ter folha corrida, prontuário criminal! E é o que O

Expresso traz aqui: o prontuário da Sr^a Jusmari, secretária nomeada pelo governador Rui Costa. Dez ações da Justiça Federal e mais 24 da Justiça Estadual.

Governador ... O governador não basta ser correria, como os deputados aqui gostam de chamá-lo. O governador não basta se dizer sério, precisa parecer sério! E como é que um governo parece sério nomeando pessoas que inclusive contrariam uma Proposta de Emenda Constitucional desta Assembleia, a PEC da Ficha Limpa, para cargos públicos na Bahia. Através dela, este Legislativo aprovou “*Entre os requisitos para a ocupação de cargos públicos efetivos ou comissionados, constarão, necessariamente, além daqueles específicos de cada cargo:*”

I - Certidões criminais negativas emitidas pela justiça comum e federal;”

E esta Casa fica silente vendo o governador Rui Costa rasgar a Constituição do Estado, nomeando uma raposa para tomar conta dum galinheiro! Nomear vampiro – vampiro – para tomar conta de banco de sangue! Jusmari deveria estar na cadeia, mas foi negociada a sua pena por prestação de serviço comunitário. E eu não sabia que agora pode ser secretária da Sedur uma condenada a prestar serviços comunitários.

Quem presta serviços comunitários não recebe o dindim, não recebe o salário.

Será, governador, que o senhor vai pagar o salário da ex-deputada Jusmari, ex-prefeita?! Ó, ex-prefeita que meteu a mão! Não sou eu que disse. Foi a Justiça que disse que ela se utilizou de licitação fraudulenta para desviar o dinheiro dos remédios e equipamentos hospitalares nos anos 2009 a 2012.

Lamento que no governo Rui Costa a segurança pública também esteja indo mal. E não existe, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nesta Bahia um lugar seguro para se morar, um lugar em paz para se viver! A Bahia não tem segurança. Nem mesmo os policiais civis e militares, que estão morrendo a cada minuto, a cada hora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- O.k., deputado Targino Machado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, funcionários da Assembleia Legislativa, amigos e amigas das Galerias Paulo Jackson, confesso que me causa espanto como a sociedade brasileira está anestesiada. Porque esse desgoverno, fruto de um golpe parlamentar, não procura esconder mais os seus métodos para permanecer à frente dos destinos do nosso País.

São negociatas, compra de votos no Congresso Nacional, chantagem, corrupção aos olhos nus da população brasileira. E nós assistimos a tudo isso de forma passiva, sem protestar, sem ir às ruas para demonstrar a insatisfação do povo brasileiro. Afinal de contas, não adianta que 97% da população rejeitem esse governo, mas não saibam que ele só está aí de pé porque tem aliados em todos os estados, a exemplo do da Bahia.

O governo Temer só existe porque conta com a aliança incondicional com o Democratas da Bahia, liderado pelo prefeito ACM Neto. Porque conta com o apoio do PSDB. Porque conta com o apoio dos deputados federais baianos desses partidos.

E nós não podemos esquecer, deputado Zé Raimundo, porque eu já sei qual é a estratégia desse povo. Nós vimos isso no passado, quando Antônio Carlos Magalhães fez a sua vida política em parceria, sociedade com os militares e depois contou com a curta memória que o povo brasileiro teve, sobretudo o da Bahia, aparecendo como um grande democrata, como se não tivesse participado daquele golpe. Nós estamos assistindo a isso novamente.

O prefeito de Salvador é o maior aliado do presidente Temer na Bahia. Lidera a sua bancada de deputados federais e dá sustentação a esse governo ilegítimo.

O que tem acontecido, deputado Paulo Rangel, é que o presidente do FNDE, indicação pessoal do prefeito ACM Neto, o Sr. Sílvio Pinheiro, tem chamado ao órgão prefeitos do interior da Bahia para chantageá-los e dizer: “Ou vocês rompem com o governo Rui Costa ou não liberamos nada no Ministério da Educação para vocês. Ou vocês rompem com os seus deputados da base do governador Rui Costa ou nós vamos fazer o que estamos fazendo com o empréstimo do Banco do Brasil.” E para isso o Sr. Sílvio Pinheiro tem contado com o apoio fundamental dos deputados federais aliados do prefeito ACM Neto, achando que com isso ele vai calar a nossa voz e que com essa intimidação nós vamos deixar de fazer as críticas. Mas não vamos, não!

A Bahia já disse que não aceita mais, deputado Paulo Rangel, a arrogância e a truculência dessa forma perversa de fazer política. Os baianos, no ano que vem, vão dar a resposta nas urnas.

E eu quero, Sr. Presidente, para finalizar, deixar um recado muito claro ao Democratas da Bahia, liderado pelo prefeito ACM Neto: Não adianta vocês chantagearem as minhas lideranças políticas. Não adianta vocês fazerem o jogo sujo, porque quem me trouxe para esta Casa foi o povo da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Para concluir, deputado.

O Sr. ALEX LIMA:- E somente o povo da Bahia irá me tirar desta Casa!

Muito obrigado pela tolerância, presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Com a palavra o nobre deputado Samuel Junior, último orador do Pequeno Expediente.

O Sr. SAMUEL JUNIOR:- Antiguidade é posto, viu, presidente? Sr. Presidente, meu amigo Carlos Gegê, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, em especial, as deputadas, por estarmos no mês Rosa – Deus abençoe a todas vocês! –, as pessoas que aqui estão. Subo hoje a esta tribuna, deputado Carlos Gegê, para falar de um absurdo que aconteceu na cidade de São Paulo, que foi uma suposta mostra de arte.

(Lê) “Mais uma vez, os perversos anticristãos e antifamília, disfarçados de artistas destilaram sua podridão contra a família. Fizeram aqui em Salvador, mas não tivemos acesso a esse escândalo.

Em São Paulo, a performance *O Bicho* ganhou as redes sociais por conta da indignação do cidadão comum, homens e mulheres de bem, cristãos, católicos e evangélicos que clamaram à Nação por um basta.

O Bicho nada mais é que cruéis humanos que querem corromper a família a qualquer custo. Nessa apresentação, um homem se expõe completamente nu enquanto uma criança do público, de cerca de quatro anos de idade, toca o seu corpo. A desculpa era que a mãe estava presente. Desculpa esfarrapada! Se a mãe apoia a pedofilia, ela não deixa de ser um crime bárbaro, hediondo, uma aberração.

Eu convido a todos os nossos deputados e a todos os cidadãos que nos acompanham nas redes sociais. Vamos dar um basta nisso, bradar contra esses ataques planejados contra a família e contra as crianças de nosso País.

Termino a minha frase, Sr. Presidente, falando sobre um pastor americano, negro, Martin Luther King: não me preocupo com o grito dos maus, incomoda-me, sim, o silêncio dos bons.

Não podemos nos calar. Quero registrar aqui, em nome das famílias cristãs da Bahia, a nossa indignação. Que o Senhor Jesus Cristo tenha misericórdia das nossas crianças!”

Fica o meu pedido a todos os deputados, sei que aqui quase todos são pais, outros são avôs, que tomemos cuidado. Estão querendo acabar com as nossas crianças nas escolas. Fica aqui a minha nota de repúdio, a minha revolta contra essa mostra que, inclusive, já esteve em Salvador. E precisamos dar um basta nisso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Carlos Geilson):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Robinho, do PP, V.Ex^a dispõe de até 25 minutos.

O Sr. ROBINHO:- Boa tarde a todos. Sr. Presidente, é motivo de satisfação e alegria estar aqui neste momento, quero dizer a todos vocês que hoje tive a grata satisfação de receber, em meu gabinete, o prefeito e o vice-prefeito de Potiraguá, que trouxeram um problema muito sério que vem acontecendo naquela região. Eu já tive oportunidade aqui de falar dos problemas que houve na região de Itabela, Itamaraju, Buerarema, sobre a questão dos atritos indígenas. E, hoje, temos problemas na região de Potiraguá, de Itaju do Colônia e na região de Itapetinga.

Quero parabenizar o prefeito de Itapetinga, Rodrigo Hagge, que hoje se direcionou a Brasília para levar esse problema ao ministro da Justiça. Lá na região, são mais de 20 propriedades que já foram vítimas de zombaria, de anarquia e de bagunça. É o que tem acontecido naquela região. Vários proprietários rurais

conhecidos na região, como Salvador Brito — um pequeno produtor rural que já foi prefeito de Potiraguá —; Marcos de Deus, Dílson Ribeiro; Neide Ferraz; João Gabriel; Jaime do Amor; a família Amorim, Eduardo Amorim e Izail Amorim, inclusive na fazenda do ex-ministro Geddel.

Se o ministro Geddel tem a sua vida cheia de tumulto, de confusão, isso é uma questão da Justiça. Ele que resolva os seus problemas e os seus atos com a Justiça. Se as propriedades são dignas de serem leiloadas ou confiscadas para o bem do Estado, isso, também, é ação da Justiça, mas não cabe a nós. Não vivemos na época de justiceiros — das pessoas em tom de anarquia, de zombaria —, a fazer justiça com suas próprias mãos. Se isso é querer fazer justiça! Eu sei dizer que os pequenos proprietários, os proprietários, não podem ter armas em suas fazendas. Mas esse bando de pessoas — eu diria, bandoleiros — está fazendo anarquias, bagunça, zombarias, todo mundo armado, chegando às propriedades, ameaçando os trabalhadores rurais.

Eu queria pedir ao governo do Estado que desse uma atenção especial para essas atitudes de vandalismo que têm acontecido nessa região. A região de Itapetinga, que vem sofrendo de uma seca muito grande, não basta a economia que já está do jeito que está, aí vem a seca, as dificuldades financeiras, as dificuldades na gestão de suas propriedades, e agora conta com esses atos de vandalismo que vêm acontecendo naquela região.

Eu quero pedir ao governo do Estado, ao secretário de Segurança Pública para que deem atenção a essa situação, para inibir as ações de pessoas acostumadas a vandalismos, baderneiros, para que isso não contagie e vire uma mania naquela região. Então, essa é a preocupação que eu tenho e trago aqui para vocês. Peço que a Liderança do Governo, Zé Neto, possa levar isso para o governador, tenho certeza, que ele vai ouvir isso, que ele não pactua com essas atitudes.

Então, é essa a minha atitude, o que tenho a dizer para vocês, quero agradecer a oportunidade.

Meu amigo, deputado Zé, com o aparte.

O Sr. Zé Raimundo:- Nobre deputado Robinho, gostaria também de fazer breves considerações sobre aquela região. Eu que tenho minha atuação concentrada em Vitória da Conquista, mas tenho também parentes ali naquela região de Itarantim, um pouco por Eunápolis, são pequenos produtores, pequenos agricultores.

Evidentemente, essas pessoas vivem da agricultura no meio de uma região, realmente, com grandes propriedades, sobretudo, ali na região de Potiraguá, Itororó, Rio Pardo, onde há uma tradição de terras férteis, que foram historicamente, evidentemente, ocupadas a partir do movimento do litoral para o sertão, do cacau, e parte também das boiadas que vieram do São Francisco, descendo, já que no litoral, historicamente, as boiadas, a criação de gado era proibida desde o tempo Colonial.

Mas, a realidade é que hoje, realmente, aquela região ali de Itapetinga, Potiraguá, Itororó, Macarani, que eram referência nacional na criação de gado, tanto a criação tradicional, como também a partir da Cabana da Ponte, de Sinval Palmeira, nos anos 70, sobretudo, se tornou uma referência, e hoje com a seca e já nos anos 80

muitos fazendeiros foram para o Sul, além do São Francisco, para outros estados, e aquela região ficou nesse vai e não vai, mas queria dizer que a reforma agrária é importante mas, evidentemente, dentro de um marco de negociação, de legalidade, como V.Ex^a coloca.

Tenho certeza que o governador Rui Costa, na medida em que lhe compete, irá buscar uma mediação, dialogando com os movimentos sociais e, evidentemente, reivindicando também do governo federal para que aquelas áreas que não sejam produtivas a gente encontre também uma forma de assentamento.

Mas, para concluir, V.Ex^a tem um tempo ainda, 20 minutos... não, não vai acabar, tem tempo de sobra ainda, ele está no Grande Expediente... dizer que concordo com V.Ex^a, mas no sentido de que a gente encontre uma solução. Mas ali tem muita terra que está, hoje, praticamente improdutivo.

Muito obrigado pela educação em me conceder o aparte.

O Sr. ROBINHO:- Deputado Zé Raimundo, concordo com V.Ex^a e que possamos lembrar as atitudes de Buerarema que aconteceram, lembrar o que aconteceu na região de Itamaraju, produtores rurais que se diziam indígenas e iam lá não para ocupar a terra, mas para fazer o saque e roubar. Então, só quero que o governo veja os exemplos que têm acontecido em outros lugares, em que se dizem indígenas. É essa a questão, chamo atenção para essas atitudes.

Quero chamar aqui o meu amigo, companheiro de partido. Nós dividiremos o tempo...

O Sr. Paulo Rangel:- Presidente, não pode dividir o tempo no Grande Expediente. Perdoe-me.

O Sr. Presidente (Alex Lima):- No Grande Expediente, deputado Robinho, o deputado Eduardo Salles pode apartear-lo.

O Sr. ROBINHO:- Darei um aparte a ele.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me concede um aparte depois, deputado?

O Sr. Eduardo Salles:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, sobre este assunto, quero colocar para vocês que tenho, desde o primeiro momento em que houve a invasão da primeira fazenda – não quero, de forma alguma, colocar questão política no meio, de quem é a fazenda ou qual é o problema –, o fato é que foi quebrada a condição de se ter a propriedade privada, perdeu-se o direito de se ter uma propriedade privada com a pequena alegação, deputado Robinho, de que teria um cemitério indígena no lugar da fazenda.

Ora, isso é um absurdo tremendo! Sabemos claramente o motivo de tudo isso. Dali pra frente, aquilo foi usado como motivo e durante o sábado eu estava com o governador Rui Costa. Estou relatando os fatos porque muitas pessoas estão aí, deputado Robinho, inclusive deputado da Oposição, lá em Brasília, fazendo um alvoroço. Acho que aqueles deputados de lá nunca foram a Itapetinga ou tem muito tempo que não vão, porque estão falando coisas que não têm nada a ver.

Ouvi um discurso de um deputado em Brasília que parece de uma pessoa que não vai há muito tempo a Itapetinga.

Não podemos politizar, de forma alguma, esse momento em Itapetinga. Isso pode ser o maior crime que as pessoas estão fazendo. Ali não é bandeira partidária, é um problema grave que temos que solucionar.

Esse deputado ofendeu o governador Rui Costa. E eu digo que ele não sabe o que está falando. Não estou para defender uma coisa ou outra, não. Estou defendendo uma bandeira, que é a bandeira da legalidade.

Eu e o governador Rui Costa estávamos juntos em Itabuna, na Expoita. Quando o governador soube das novas invasões, nos reunimos dentro da exposição e ele anunciou para todos nós que, no momento que houvesse a reintegração de posse, ele a faria imediatamente. Ele disse: corram para lá, e vamos cuidar do efetivo.

Eu e ele ligamos, imediatamente, para o secretário de Segurança Pública. Já, anteontem à noite e ontem durante o dia inteiro, todas as corporações de toda a região foram para lá. São 17 viaturas dos comandos de toda região para, justamente, dar segurança. Por quê? Porque era um absurdo, um crime que estavam fazendo.

Deputado Robinho, parecia que estava acontecendo o que líamos nos livros de Lampião. A turma avisava ao gerente ou ao vaqueiro da fazenda que morava lá com sua família, chegavam pessoas encapuzadas, armadas que diziam: “Saíam com sua família daqui hoje à noite, senão, vocês vão sofrer as consequências”. Olhem o perigo para os seus filhos e tudo mais. Claro que eles fugiam imediatamente.

Essas pessoas, autointitulados índios, iam saquear as fazendas, matar o gado e fazer tudo. O que foi que aconteceu? Com a ordem do governador Rui Costa e do secretário de Segurança Pública foi reestabelecida a ordem pública.

Os deputados que estão em Brasília, volto a dizer, ou qualquer outro que esteja falando coisa errada, por favor, não ouçam por telefone alguma coisa, procurem saber. Saibam que todas as demais, que chegaram a ser 18 fazendas ocupadas, nem uma a mais, exceto a fazenda inicial, todas elas já não têm mais ocupação nenhuma. Ao contrário, por uma atitude enérgica do governador Rui Costa, por uma atitude enérgica do secretário de Segurança, Maurício Barbosa, tivemos o restabelecimento da ordem pública, do direito à propriedade.

Volto a dizer, não são índios, têm muitas pessoas encapuzadas. Já que as pessoas estão encapuzadas, porque tem de estar encapuzadas para ir para dentro das fazendas, armados até os dentes? Não é isso.

São realmente milícias que estão lá, mas o governador Rui Costa e o secretário de Segurança Pública tomaram as atitudes imediatamente. E logo que as corporações chegaram, as pessoas que estão lá em Brasília, que estão levianamente falando e ofendendo as pessoas, saibam que tem gente trabalhando aqui desde o primeiro momento dessas ocupações. Essa pessoa não pode querer, nesse momento, capitalizar politicamente para um lado ou para o outro.

Volto a dizer, essa bandeira não é partidária de forma alguma. Não estamos aqui para falar de partido “a”, “b” ou “c”; estamos falando do direito à propriedade numa das regiões mais pródigas, numa das regiões com a maior produtividade pecuária deste País, e que merece ser respeitada.

Aquelas pessoas, aqueles agricultores que estão ali deram a vida deles o tempo inteiro, e agora, os índios que já tiveram a sua demarcação feita não dão conta das terras que foram demarcadas para eles. E nesse momento eles se juntam às pessoas, ou pessoas de má fé se juntam a eles, usando os índios para voltar a saquear as propriedades numa das regiões mais importantes da Bahia.

Então, eu gostaria de restabelecer aqui, deputado Robinho, porque é um absurdo as pessoas irem nesse momento fazer política em cima disso. Não estou aqui defendendo nenhuma bandeira. Amanhã temos uma audiência marcada, eu e o vice-presidente desta Casa, deputado Luiz Augusto, com o secretário de Segurança Pública. Estamos levando o sindicato e alguns agricultores que tiveram suas fazendas, naquele momento, ocupadas justamente para conversar e agradecer ao secretário de Segurança Pública, inclusive, pela atuação do delegado da Polícia Civil, que tem feito um trabalho excelente; ao comando militar, que tem feito um trabalho excelente, para dar segurança a toda a população daquela região.

É importante que se coloque claramente os pontos nos “is”. Não adianta ninguém querer fazer política partidária nesse momento. Ao contrário, temos de estar todos juntos. Convidei, inclusive, para que amanhã, se o prefeito do município quiser ir conosco à audiência, ele vá. Não estamos com negócio de Situação ou Oposição.

Quem quiser se aproveitar politicamente desse momento dramático, vai sofrer as consequências. Não adianta ir a Brasília fazer discurso bonito. Isso aí só prejudica num momento como esse.

Hoje eu estava com o deputado Fábio Souto na Comissão de Agricultura, e colocamos claramente isso. Não tem bandeira partidária. Temos de tratar em cima de um assunto que é de interesse estadual, acima de qualquer coisa partidária.

Não me venham com pessoas que não tem conhecimento ou que ouvem pelo telefone alguma coisa e vão a Brasília ofender quem está trabalhando, quem está buscando resolver esse problema desse momento.

Por favor, volto a dizer, vamos passar a limpo, vamos cuidar todos juntos. Acho que não é o momento de separar em nada, para que possamos ter esse assunto resolvido. O que acontece? Está na mão do juiz. O juiz até agora não deu a primeira reintegração de posse. As fontes que nós temos lá em Itapetinga, deputado... sei que V.Ex^a está cuidando e trabalhando muito por isso também, V.Ex^a é um deputado votado em toda região, tem interesse, e sabemos o quanto V.Ex^a tem lutado por isso também, deputado Rosenberg.

Então volto a dizer, não há nenhuma questão, e tenho certeza de que V.Ex^a pensa do mesmo jeito que eu estou colocando aqui. Parece a todos que o juiz está tirando a competência dele e passando para a competência federal.

O Sr. ROBINHO:- Há dois deputados que querem aparte: Rosenberg e Luís Augusto.

O Sr. Eduardo Salles:- Já vou finalizar, deputado Robinho. Só para esclarecer um pouco, e a população que nos ouve também poder saber.

Então, o Juiz que está com o pedido de reintegração de posse na mão deve passar para a Justiça Federal. Hoje, o prefeito está – como também o deputado desta

Casa, Pedro Tavares – em Brasília tentando com o Ministério da Justiça um apoio. Sem dúvida nenhuma vamos precisar de todos esses apoios: da Polícia Federal, do Ministério da Justiça, da Secretaria da Segurança Pública do Estado, do governador Rui Costa que, volto a dizer, tem feito o que compete a ele, de forma rápida.

Quero só colocar para vocês que as coisas estão andando, e as notícias que temos são notícias, pelo menos provisoriamente... até que venha a reintegração de posse para termos uma segurança institucional em toda região.

Muito obrigado, deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO:- Deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Deputado Robinho, com relação a essa questão, V.Ex^a traz esse tema, na realidade foram 11 fazendas ocupadas, duas delas já estavam ocupadas anteriormente por comunidade indígena reconhecida. São duas fazendas de propriedade do ex-ministro Geddel Vieira Lima; as outras nove já foram reintegradas, e todas já estão em posse de seus proprietários. O governador Rui Costa autorizou ao coronel Lira, que está em Itapetinga agora... o coronel Lira, o major Edmário e o coordenador de Depin da região, delegado Roberto Júnior, fizeram essa ação ontem.

Na madrugada eles ligaram nos informando que não há mais nenhuma fazenda ocupada, exceto as duas fazendas do ex-ministro Geddel Vieira Lima.

Essas duas fazendas... Na realidade o que o deputado Eduardo levanta aqui é real. Eles entraram com o pedido de reintegração de posse na cidade de Itapetinga, no juízo estadual. Como é comunidade indígena, a competência é do juízo federal. Eles estão entrando com uma ação de reintegração de posse, em Ilhéus, na Justiça Federal.

O governador já deixou claro que assim que tenha a reintegração de posse, se houver necessidade da Polícia Militar e da Polícia Civil fazerem valer a reintegração de posse, o Estado estará à vontade.

Então eu acho que esta questão já foi restabelecida lá, não depende mais do governador Rui Costa. Lamento a colocação do deputado José Carlos Aleluia. Acho uma colocação extremamente irresponsável querer jogar a responsabilidade para o governador, dizer que o governador está estimulando as ocupações. Não é verdade.

Além do mais, o presidente da OAB de Itapetinga, Fabrício... lamento que um advogado como Fabrício também esteja criando um determinado constrangimento na cidade, certo, alegando que eu, Eduardo Salles, Luiz Augusto, todos os deputados estão se aproveitando desse momento. Não estamos nos aproveitando.

O deputado Luiz Augusto me ligou ontem pedindo para que o Detran e a Polícia Militar fizessem *blitz* para tentar evitar pessoas estranhas, com carros estranhos, na região. Isto está sendo executado, deputado Luiz Augusto, a vosso pedido.

Então é uma ação conjunta, todos os deputados estão envolvidos nesse sentido, os deputados de oposição que também têm ação na região. Acho que é uma ação coletiva, nós temos que estar juntos nesse momento. Amanhã, deputado Eduardo Salles, acho que temos de ir juntos – Robinho, eu, você, os deputados de oposição, Luiz Augusto, quem quiser – conversar com o secretário da Segurança Pública para evitar que essa situação volte.

Está mantido, inclusive, o aparato da polícia lá. O governador enviou mais quatro equipes que se deslocaram e estão chegando agora à tarde para dar um reforço. Eu espero que essa situação seja totalmente reestabelecida e que a paz reine em nossa região.

Muito obrigado, pelo aparte.

O Sr. ROBINHO:- O aparte final para o deputado Luiz Augusto.

O Sr. Luiz Augusto:- Rapidinho, senão você não fala. O importante é que a união de todos nós... E dessa vez o governador teve uma atitude severa, com certeza vai resolver. Você veja que só foi falar que a polícia estava na região fazendo *blitz*, que os malandros correram todos. Só duas fazendas estão, vamos dizer assim, invadidas. E assim mesmo, quem tem que decidir isso é a Justiça, e não o cara que é índio, que está passando por ali e resolve querer invadir a fazenda de alguém.

Geddel errou? Errou, ele vai pagar na Justiça. E da mesma maneira a Justiça tem que decidir qual é a origem dos bens, se foi comprado com dinheiro... de alguma maneira... Quem tem que decidir é a Justiça, não é o cara que se fantasia de índio, malandro, que vai lá para dentro querendo se apropriar da fazenda dos outros. Porque aí passa a não ter a diferença, ou seja, se foi comprado com dinheiro lícito ou é a mesma coisa da invasão.

Eu acho que o governador fez certo. Tomara que a gente continue com essa ação, porque aí a paz reina lá e para com tudo.

Obrigado, Robinho.

O Sr. ROBINHO:- Quero agradecer o aparte de vocês e dizer aos proprietários rurais daquela região de Itapetinga – a maioria das propriedades fica no município de Itapetinga, mais próximo de Potiraguá, nas proximidades do Rio Pardo – que eu presenciei e participei, lá em Buerarema, desse problema. Houve transtornos para vida de algumas pessoas. Participei também de problemas indígenas na região de Itabela e Itamaraju, onde os índios, que se diziam índios, invadiram propriedades para roubar gado, defensivos agrícolas, tratores. Ninguém era índio! Oportunistas estão fazendo isso na região de Itapetinga e Potiraguá.

Tenho certeza que o governador vai tomar atitudes para que as coisas possam acontecer da melhor forma e que os transtornos possam ser minimizados.

Quero agradecer ao prefeito Jorge Cheles, ao vice-prefeito Elias que estiveram muito preocupados com esse problema, no meu gabinete. Quero dizer a vocês da região que os deputados e o governo estão muito preocupados com essa situação. O governo vai tomar as medidas certas, cabíveis para diminuir o transtorno.

Um abraço. Muito obrigado a todos.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Horário das Lideranças Partidárias. Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PP/PSB/Podemos para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu falarei pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos presentes nas Galerias Paulo Jackson, amigos da imprensa. Sr. Presidente, subo à tribuna neste momento para buscar enfatizar um assunto atualíssimo e que podia ser resumido com a seguinte manchete: “O capital internacional vai às compras no Brasil”. O assunto em pauta, hoje, mais importante do ponto de vista estrutural, trata-se do processo de desestatização de setores estratégicos da economia brasileira, de serviços importantes, a exemplo dos Correios, Casa da Moeda. Volta-se a pautar a privatização do setor elétrico no Brasil. É numa tentativa de combate a essa política de desmonte do estado brasileiro que, hoje, estamos realizando um grande ato público em defesa da Eletrobras, no Rio de Janeiro, com a participação do companheiro Lula, e vamos realizar uma atividade na sexta feira, em Petrolina e Juazeiro, em defesa do sistema Eletrobras, da CHESF, dos recursos hídricos, do Rio São Francisco e do Pio Parnaíba.

Pasme, Sr. Presidente! Nos países, inclusive, arautos da defesa da privatização, a exemplo dos Estados Unidos, as hidroelétricas são estatais. Podemos citar aqui o exemplo, deputado Zé Neto, da Tennessee Valley Authority - TVA, que é uma verdadeira autoridade sobre as águas do Rio Tennessee. Vale aqui enfatizar, que até a exploração do lençol freático no Vale do Tennessee é administrada pela Tennessee Valley Authority, a famosa TVA.

Enquanto nós, neste momento, deveríamos rediscutir o papel estratégico da CHESF, deputada Fátima, principalmente na região do São Francisco – fazendo da CHESF um vetor determinante para a política de integração nacional, diminuindo as desigualdades existentes no Nordeste, no Vale do São Francisco, ofertando energia mais barata e fazendo com que o uso racional das águas se desse da melhor forma –, nós estamos pondo à venda esse imenso patrimônio, esse bem estratégico, esse bem essencial que é a água, em um dos lugares mais áridos do nosso País, que é a região Nordeste.

Isso tudo em nome de se combater o *déficit* fiscal. Uma política totalmente irresponsável, cabendo a um golpista, um verdadeiro vendilhão da pátria, executar essa política nefasta para o povo brasileiro.

Sr. Presidente, estamos iniciando um processo de mobilização no Brasil, no Nordeste, no próprio setor, que culminará em uma grande luta em defesa do setor elétrico, em defesa das águas e, no Nordeste, em defesa do Rio São Francisco e do Rio Parnaíba.

Nós sabemos que apesar da eficiência da CHESF na região do São Francisco como, inclusive, controladora dos recursos hídricos – o que permite a exploração da irrigação, o que permite a exploração da navegação, o que permite a exploração da pesca, o que permite, de uma forma razoável, a distribuição de água naquela região –, nós teríamos que, nesse momento, discutir o aperfeiçoamento do gerenciamento das águas, e não a entrega desse grande patrimônio.

Um patrimônio, deputado Joseildo, que para se construir a preço de hoje se gastaria R\$ 340 bilhões, mas está sendo orçado para ser vendido pelo governo por R\$ 20 bilhões. Para se ter um exemplo, um patrimônio bem menor, em que a concessão de algumas usinas foi colocada em leilão, a exemplo da Cemig, se apurou R\$ 12 bilhões. Portanto se trata de uma grande jogada no sentido de agraciar, principalmente, o grande capital internacional.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Com a palavra o deputado Joseildo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Quero parabenizar V.Ex^a pelo importante pronunciamento que faz, é motivo de muito júbilo para nós, de orgulho, e quero dizer que a iniciativa privada em lugar nenhum do mundo pode estar gerenciando a água e os seus conflitos, os seus diversos usos: para consumo humano; consumo animal; navegação; geração de energia; irrigação ou produção.

Imaginem a soberania nacional e até o nacionalismo, que não escolhem bandeiras ideológicas, são obrigações de cada brasileiro. Observem os países do mundo desenvolvido, nenhum deles negocia aquilo que é vital e estratégico. Acabaram de vender quatro hidroelétricas em Minas Gerais a preço de banana! A preço de banana! E se a apatia, que está determinando essa posição arredia do povo brasileiro nessas causas importantes continuar, esse Congresso vendido, distante do que pensa a sociedade brasileira, vai liberar tudo à vontade e esse criminoso de lesa-pátria, que preside este País, não vai parar por aí, e então quem sabe o que nos aguardará no futuro? Parabéns a V.Ex^a.

A Sr^a Fátima Nunes:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte de V.Ex^a, deputado.

Com o aparte, a deputada Fátima.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado Paulo Rangel, só quero parabenizá-lo, porque tenho certeza do conhecimento profundo que o senhor tem sobre a CHESF, pela vivência, pela convivência, pelo trabalho, por conhecer também a população de todo o percurso do Rio São Francisco, pela grandeza, pela riqueza que é este País.

E, portanto, só podemos dizer que o Brasil, neste momento, está entregue a um golpista, que, se faz uma grande jogada é a jogada da perversidade, é a jogada que vai trazer para os brasileiros e as brasileiras, para as futuras gerações não sabemos qual destino, porque quando a soberania é entregue a outros países, quem sabe este País tem o risco de voltar a ser colônia. Mas a nossa luta será maior e, com certeza, na lei ou na raça nós vamos vencer esse golpismo. Parabéns, vamos em frente!

O Sr. PAULO RANGEL:- Agradeço o aparte de V.Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

E, deputada Fátima, vale aqui também salientar um outro aspecto. Vamos realizar uma audiência pública aqui, ainda no dia 17, de autoria dos deputados Maria del Carmen, Zó e Paulo Rangel, onde queria enfatizar que a tarifa no Brasil crescerá de forma exponencial nos próximos 30 anos, porque é um fator, muito embora tenha tido uma elevação de tarifa com a venda da distribuição, o principal fator que ainda

segura a tarifa é o nosso parque gerador, que ainda está majoritariamente no plano estatal, não fosse isso eu diria que a nossa tarifa seria inacessível à população!

Quero citar um outro dado, nós não teríamos executado o Programa Luz para Todos no nosso País, se a Eletrobras não fosse uma empresa estatal, até porque foram duas contas que jogaram investimento: RGR - Reserva Geral de Reversão do Setor Elétrico e a CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, que possibilitaram esse investimento, que tirou o povo do campo do escuro em nosso País, principalmente no Norte e Nordeste.

Na verdade, deputado Marcelino, eles estão remodelando o Estado brasileiro, sabem que mesmo eles não ganhando não conseguiríamos fazer um governo nos moldes que o Brasil precisa para que diminuamos as desigualdades. Eles querem deixar um País sem Correios, sem Casa da Moeda, quiçá sem Petrobras, sem Caixa Econômica, sem Banco do Brasil e sem Banco do Nordeste. É o fim do Estado, mas eles não passarão, o povo brasileiro irá realmente se mobilizar e combater essa grande bandalheira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador, nem pelos apartes.)

O Sr. Presidente (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra, ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PPS, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Soldado Prisco:- Falará o deputado Soldado Prisco e o deputado Alan Sanches, Sr. Presidente, por 5 minutos e meio cada um.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, o deputado Soldado Prisco.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente e demais membros desta Casa, queremos lamentar a morte de dois policiais militares num período curto. Completando assim 19 policiais assassinados este ano no Estado da Bahia e infelizmente nenhuma providência por parte do governo foi tomada nesta situação.

Perdemos um companheiro dentro de um *shopping* na Paralela covardemente assassinado, quando toda a Bahia presenciou, infelizmente, um grito de dor e sofrimento que levou o nosso companheiro, subtenente Fortuna. Vai aqui toda a minha solidariedade, não só a ele e a sua família como a todos os policiais militares da Bahia, que naquele momento sentiram aquela dor de perder um grande companheiro, um grande profissional, querido em toda a Polícia Militar, em todo segmento onde ele passava era uma pessoa extremamente querida. Não passando a dor, logo dois dias depois mais um companheiro é assassinado, sargento Cláudio, já na reserva, brutalmente assassinado também, completando assim 19 policiais assassinados só este ano na Bahia.

E quais são as providências tomadas pelo governo do Estado? Nenhuma providência. Infelizmente, um abandono total nesse sentido.

Nesta Casa, na Mesa Diretora foi aprovado o projeto para isenção de imposto nas armas dos policiais, para que o governo concedesse essa isenção nas armas, aprovada há mais de 7 meses nesta Casa. Ele já se encontra na mão do governador e até o presente momento nenhum interesse foi demonstrado por parte do governo para o projeto vir à Assembleia Legislativa para aprovação. Estamos pedindo 41% de isenção, 41% do preço das armas hoje é imposto, é o imposto mais alto do Brasil.

Diante de 3 anos sem reajuste, uma situação salarial extremamente deplorável que todo servidor público passa e especialmente os policiais, o preço que a arma se encontra hoje é totalmente inviável, não só para os policiais civis, militares e corpo de bombeiros, como também para os agentes penitenciários, para os policiais rodoviários federais, que também trabalham e residem aqui na Bahia e não podem ter essa isenção.

Pedimos ao Líder do governo, Zé Neto, que converse com o governador e encaminhe para a Casa o projeto de isenção, já que já foi aprovado, por ser uma indicação, para que seja votado aqui. Eu tenho certeza absoluta de que a isenção vai passar nesta Casa e assim os policiais vão ser beneficiados.

No Rio de Janeiro o projeto foi votado recentemente: em menos de dois meses foi votado, aprovado e sancionado pelo governo do Rio de Janeiro. Então, eu espero que o governador tenha essa sensibilidade diante de tantas mortes e de tantos sacrilégios que vêm passando com a nossa categoria. Esse benefício vai privilegiar e vai ajudar toda a sociedade baiana, porque o policial, ao adquirir essa arma, vai oferecer segurança não só para ele, mas para todos os policiais, já que as próprias unidades...

O ideal seria o próprio Estado conceder uma cautela própria de um colete e um armamento para cada policial, mas como o Estado não faz, porque alega que não tem condições, pelo menos conceder a isenção, seria importante. E seria até um ato político do governador, porque vai trazer um grande benefício político para ele, não um desgaste.... Foi aprovada por ele mesmo a isenção de querosene para as empresas aéreas, que são bilionárias, não se compara a nossa categoria da segurança pública, que vem sofrendo com essa questão do aumento do preço da arma.

O número de armas que foram vendidas depois do aumento de isenção é baixíssimo.

Os próprios representantes de todas as empresas que trabalham no ramo falam isso. Antes da isenção, o número era quase cinco, seis vezes maior. Não vejo por que não aprovar essa isenção. Até o momento esse governo nada fez para as categorias da área da segurança pública, vemos um descaso total nessa área. Os policiais pagam para trabalhar, não têm direito ao auxílio transporte, o auxílio alimentação está congelado há praticamente 6 ou 8 anos, sem nenhum reajuste. Então, não vejo por que o governo do Estado não encaminhar para aprovação esse projeto.

Faço um pedido ao governador, ao próprio Líder do governo, ao presidente desta Casa, Angelo Coronel, que tem sido um parceiro e tem cobrado diariamente ao governo que encaminhe para esta Casa a aprovação do projeto. Hoje mesmo o próprio presidente já falou que manteve contato cobrando, mais uma vez, essa

demanda. Tenho a certeza de que toda a pressão dos deputados, tanto da Oposição como da Situação, como foi aprovado em unanimidade, quer que o projeto venha a ser sancionado pelo governo do Estado. Não entendemos essa demora toda, já alcançando praticamente 7 meses da não isenção a todos os operadores da área da segurança pública.

Esperamos, realmente, que isso ocorra o mais rápido possível para que a gente não venha, mais uma vez, chorar o leite derramado quando mais um companheiro tiver sua vida ceifada, porque a maioria dos policiais hoje, infelizmente, não possui sua arma própria, por não ter condição financeira alguma de adquirir esse armamento, devido ao alto custo que se encontra na Bahia hoje, sem nenhuma razão, foi nesta Casa mesmo aumentado o imposto. Esperamos que ainda neste ano, ou até neste próprio mês, já que o governador tem a maioria esmagadora na Casa, que ele encaminhe o projeto para esta Casa. Peço ao Líder Zé Neto também, já que as Galerias daqui têm policiais, que ele atenda esse pleito da isenção de armas, que é importantíssimo para a nossa categoria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Com a palavra, o nobre deputado Alan Sanches pelo tempo de 5 minutos 30 segundos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, deputados, deputadas, demais cidadãos que nos acompanham aqui nesta sessão, na qual, mais tarde, estaremos fazendo a votação, porque o governo não teve quórum na semana passada para manter a sessão de pé e hoje estaremos terminando essa sessão.

Queria, aqui, chamar a atenção, mais uma vez, acho que a gente vem durante esse governo, repetidamente, chamando a atenção desse Outubro Rosa. Quando foi criado o Outubro Rosa, a intenção era que a gente pudesse, cada vez mais, fazer a prevenção do câncer que, talvez, mais mate as mulheres no nosso Brasil.

Mas chamar a atenção não seria só o governo do Estado acender uma luz rosa, começar com um caminhão dizendo que está fazendo mamografia, isso, sim, é muito importante para que as mulheres possam fazer o seu exame de mamografia, mas não é só isso, gente.

Quando pergunto a vocês a quem ela vai mostrar essa mamografia, quando ela vai procurar um mastologista e onde? Não tem. O governo do Estado acha que apenas ofertando a mamografia à população, ele está, realmente, resolvendo o problema do câncer de mama.

Existe uma classificação quando se faz uma mamografia, que quando essa classificação é de 3, 4, 5, 6, tem que encaminhar a um mastologista. E a depender disso, vai precisar fazer uma punção, um exame que pode ser feito em nível ambulatorial, uma pequena cirurgia que é uma punção guiada pelo ultrassom. Mas, onde?

Quero que uma das senhoras, um dos senhores, quem estiver presente que possa me dizer onde a paciente vai ter essa facilidade para fazer uma punção. Onde essa paciente poderá mostrar esse exame ou tirar sua dúvida com um mastologista?

Não tem. Não tem, porque o governo do Estado não se programa, não é possível. Se forem observar um discurso que fiz no ano passado, nessa época, deve ser a mesma coisa, o mesmo questionamento, porque ele não faz.

Eu posso dar um exemplo aqui da lentidão do governo do Estado quando anunciou no período do Carnaval... Primeiro que foi uma tragédia quando os médicos do Hospital Ernesto Simões anunciaram que iriam paralisar os serviços pela inoperância do governo do Estado e da Sesab, que não tinha reformado o centro cirúrgico do Ernesto Simões. E naquele momento, perdemos aquele equipamento. Imaginem: um hospital geral sem um centro cirúrgico. Mas o governo do Estado deixou chegar a esse nível, e o secretário se arvorou para querer dar uma resposta que em 15 dias estaria reinaugurando aquele centro cirúrgico. Demorou seis meses, foi inaugurado no mês passado. Imaginem: o que seria inaugurado em fevereiro, ele deixou para inaugurar 6 meses depois. Vocês imaginem como está a nossa saúde.

Ele chegou agora e anunciou que iria fazer uma policlínica em Santo Antônio de Jesus. Como está essa policlínica? De que pé saiu? Saiu do papel? Porque é assim que o governador do Estado tem feito, assina, dá a ordem de serviço e as coisas não saem do papel.

O secretário – espero que chegue essa mensagem –, que ele se sensibilize. Que ele tenha sensibilidade para cuidar das nossas mulheres, porque não é possível que nem no mês do Outubro Rosa, quando se dá tanta importância à prevenção do câncer de mama, ele se sensibilize e coloque, oferte e dê um acesso mais fácil às pessoas que precisam para procurar um mastologista, para que possam fazer esses pequenos procedimentos. Mas parece que a sensibilidade dele é para outra coisa, não é para realmente tratar o cidadão e a cidadã baianos.

Eu quero, para finalizar esse discurso, dizer que estive, na semana passada – passo naquela estrada cotidianamente, igualmente a V.Ex^{as}, nas estradas dessa nossa Bahia –, na 093. Eu quero chamar a atenção para a 093. É um absurdo o que está acontecendo. Eu cheguei a fazer um vídeo do tamanho da cratera – com a sua tolerância, Sr. Presidente –, que pega um lado todo da pista, colocando em risco a vida das pessoas. Mas ele não se preocupa. Começa a querer cobrar, dizer que foi o DEM, agora, que não liberou o empréstimo.

Pelo amor de Deus! Um homem que é governador do Estado, que acha que um prefeito pode barrar qualquer tipo de situação de empréstimo de um governador, ele está jogando a toalha. Está dizendo que o prefeito é mais forte do que ele. Um homem que precisa de dinheiro de empréstimo para que possa fazer uma operação tapa-buraco, aí é brincadeira! Aí é melhor que ele entregue, logo, essa faixa de governador, porque o povo da Bahia não aguenta mais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Vão falar pelo tempo de 5 minutos o deputado Marcelino Galo e por 6 minutos a deputada Neusa.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Aderbal Caldas, nobres deputados e deputadas desta Casa, imprensa. Quero aqui registrar a presença dos companheiros do Sindicato dos Agentes Penitenciários. Aqui já estiveram também outros sindicatos e representação dos profissionais da segurança pública.

Hoje pela manhã visitamos a Lemos de Brito, no pavilhão em que estão presos policiais. Cerca de 30 policiais: três deles por crimes militares e outros por crimes comuns. Havia uma preocupação muito grande por parte das famílias desses policiais, haja vista a necessidade de reformar o Batalhão de Choque de Lauro de Freitas, onde eles estavam alojados e de onde foram transferidos.

Na Lemos de Brito nós sabemos que é muito complexo, porque ali estão presos, e a ação policial foi justamente o que os levou a serem presos. Então, por lei não se pode fazer essa mistura. Mas ali constatamos que há condição total de segurança. Nós sabemos que não devemos achar presídio uma coisa boa, ninguém merece estar preso. Mas as pessoas cometem erros.

Mas o mais importante ali foi constatar a segurança daqueles profissionais que foram presos por algum tipo de delito ou por crime militar. Então o que nós comprovamos ali é que a segurança, as condições do presídio estão satisfatórias. E continuamos sempre visitando presídios. Acho que já foram visitados quase todos. O Soldado Prisco também estava presente. Só eu e ele, da Comissão de Direitos Humanos.

Então esse tipo de ação é fundamental, porque nós sabemos da situação dramática desse País. Os agentes de segurança pública estão lá na frente, no combate ao crime e fazem parte desse sistema. São trabalhadores como outros e merecem todo o nosso respeito. Todo o nosso trabalho na Comissão de Segurança Pública é no sentido de dialogarmos com esses profissionais, ter a participação efetiva deles, porque não há direitos humanos sem segurança pública.

E a segurança pública é fundamental para os direitos humanos, para o Estado de direito e para a democracia, com a capacidade de assegurar a participação de toda a sociedade. E aí nós sabemos da importância desses profissionais. Por isso que entendemos que direitos humanos e todas as suas políticas são inerentes ao ser humano. Qualquer ser humano nasce com a garantia de ter os seus direitos de dignidade, de moradia, de acesso à educação, de qualificação e de trabalho assegurados pelo Estado.

Então essa visita foi muito boa, no sentido de constatar e assegurar às famílias de que podem ficar tranquilas, mesmo porque vamos continuar vigilantes. Ali também houve a participação de várias associações representantes dos praças, dos

oficiais e isso é muito importante. Inaugurar um período novo, de dialogar e ter presente a importância desses profissionais.

Por outro lado, na semana passada, estivemos no Nordeste de Amaralina e constatamos que as comunidades pobres estão espremidas. De um lado tem a violência do Estado e do outro lado a violência cruel do crime organizado. Então como tratar essa questão? E aí, no meio, o profissional da segurança pública e os pobres, as verdadeiras vítimas desse processo.

O tempo é muito pouco. Nós precisamos apresentar aqui detalhes do que foi discutido, debatido e sua importância. Mas eu queria registrar, porque foi extremamente importante, e assegurar às famílias desses profissionais que podem ficar tranquilas. Claro que vamos vigiar, mas as condições, hoje, são muito boas, eu diria. Não por estar preso, mas pelas garantias que o Estado tem que dar.

Aqui também quero registrar que essa não é a situação geral dos nossos presídios. Claro, aqui estão os agentes penitenciários que sabem que ali também há condições mais favoráveis do que a maioria dos nossos presídios.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra a nobre deputada Neusa Cadore pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a NEUSA CADORE:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, visitantes que nos assistem das Galerias Paulo Jackson, gostaria de registrar que esse final de semana foram dias muito agitados para minha pequena cidade de Pintadas. De um lado, deputado Bobô, tivemos o fechamento da Copa de Jacuípe, e a nossa seleção sub-17 foi vencedora. Quero aplaudir Serra Preta e cumprimentar o prefeito Aldinho, que recebeu a todos com o estádio totalmente reformado, o gramado muito bonito, com uma filarmônica com 80 jovens, como o deputado Zé Neto testemunhou. O prefeito tem dado uma atenção especial ao esporte e à juventude. E pudemos fazer isso com o apoio do governo do Estado. Começamos lá com Bobô juntamente com a deputada Fátima Nunes, com a Copa do Caju.

Podemos dizer que esse processo tem sido muito importante. Participaram os 16 municípios do território e a festa grandiosa foi possível com a participação dos diretores, secretários, prefeitos, presidentes de ligas e atletas. Ela movimenta a economia, junta a região. Realmente é um espetáculo que vale a pena destacarmos, aqui, porque é esse processo todo que tira muitos jovens do anonimato. O evento de domingo tinha nada menos que umas 4 mil pessoas dos vários municípios que participaram. Então, para nós é um motivo de alegria participar disso e saber que o esporte também dinamiza a renda e, sobretudo, revela talentos. Vários desses meninos – essa foi a quarta edição – já estão inclusive no futebol profissional. É com muita alegria que eu registro esse apoio importante do governo do Estado e essa construção que acontece nas copas do interior, dinamizando o esporte amador.

Se o esporte em Pintadas e a seleção sub-17 vão muito bem, infelizmente no final de semana também tivemos o anúncio de uma outra situação que muito nos

preocupa. Foi divulgado que o prefeito Batista da Farmácia, do DEM, foi denunciado, lá em Ipirá, no último dia 28, quinta-feira, ao Ministério Público por desvios de recursos públicos.

O governo de Batista não precisa da oposição. São os próprios correligionários que estão insatisfeitos com os desmandos. E um amigo dele chamado Dimésio Trindade de Oliveira, Caspulinho, dono de um posto de combustível na cidade, (Lê) *“acusa o gestor de comandar um esquema de corrupção através do uso de notas frias, que maquiavam o repasse de combustível para carros não oficiais com o objetivo de sanar dívidas da campanha eleitoral do...” ano passado. Então esse cidadão “(...) entrou com o pedido de cassação do prefeito e entregou ao MP uma série de documentos, áudios, vídeos que comprovariam as irregularidades”*. Esse envio de documentação foi antecedido por várias gravações que circularam nas redes sociais, conversas, inclusive com o prefeito, que causaram muita preocupação na nossa cidadezinha. Isso é grave. E venho a esta tribuna dizer que nós exigimos apuração urgente das autoridades.

Na verdade, Pintadas não suporta mais esse governo, um governo que segue a prática do que estamos vendo em nível nacional. Um governo que tem protagonizado um estilo de retirar direitos, de voltar às velhas práticas já superadas de perseguir servidores, de transferir pessoas de uma comunidade para outras mais distantes para exercer o serviço público, corte de horas de trabalho já adquiridas por direito, contratação irregular de funcionários, não pagamento de funcionários, contratação de serviços, como transporte e outros, de forma muito suspeita.

Infelizmente, esse é o resultado de 9 meses de uma nova gestão no nosso município. Uma gestão que nos preocupa muito e que, certamente, está comprometendo o desenvolvimento local e mudando os rumos de um município que tem uma história brilhante, construída através do cooperativismo, do empreendedorismo, dos grupos organizados.

Quero dizer que, em Pintadas, a Rede Pintadas foi a construtora de uma série de empreendimentos que fez o município ser um lugar de destaque, mesmo com todas as dificuldades do Semiárido.

Então venho a esta tribuna dizer que estaremos acompanhando a apuração dos fatos, deputada Fátima Nunes, e defendendo esse município de gente guerreira que construiu uma história exemplar como pequeno município do interior da Bahia.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar PMDB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, com a palavra o deputado Adolfo Viana, por 5 minutos, e o deputado Carlos Geilson, por 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, inicialmente, eu quero cobrar do governo do Estado um projeto de indicação que partiu desta Casa parlamentar, através do deputado Soldado Prisco, que retira os impostos da venda de armas, quando elas forem compradas por policiais. Ora, se o governo do Estado não tem condições de oferecer a todos os policiais uma arma, se o governo do Estado não tem condições de oferecer armas seguras para que os policiais possam trabalhar e combater o crime organizado, esse projeto vem para ajudar na segurança pública.

Tenho certeza, deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a que tão bem liderou a Bancada do Partido dos Trabalhadores nesta Casa, esse é o tipo do projeto que deve ser abraçado por todos nós por um motivo objetivo. O policial quer comprar uma arma para proteger a sociedade. E nada mais justo que ele tenha condição de comprar essa arma com o subsídio por parte do governo do Estado. Acho que esse é o tipo de projeto que tem que ser abraçado por todos nós, pelos deputados da Base do Governo e pelos deputados da Oposição, justamente porque o Estado da Bahia hoje vive um momento delicado no que diz respeito à segurança pública.

Portanto, de logo, quero dizer que sou totalmente favorável à aprovação deste projeto, e se o governador vier a sancioná-lo e a aplicá-lo aqui no Estado da Bahia, contará com os aplausos da Oposição.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Rosemberg Pinto, V.Ex^a está inscrito, só vou colocar uma coisa de grande importância para a minha querida cidade de Casa Nova. O governador do Estado esteve, no mês de julho, inaugurando lá a sede do Comando de Policiamento Regional do Norte, a Central de Monitoramento da Polícia Militar. E nós, obviamente, imaginávamos que aquilo iria funcionar da melhor maneira possível para proteger uma população que está carente de proteção, justamente porque o governo do Estado não faz os investimentos e por isso não garante segurança pública de qualidade para a população do Norte do Estado e de uma maneira geral para a população de todo o Estado da Bahia. Pois bem, inaugurou em julho e no mês de outubro já está sem funcionar. A desculpa que o governo vai dar pelo não funcionamento desse equipamento, eu ainda não sei qual é; mas nós não queremos desculpa, queremos solução.

É isso que venho desta tribuna cobrar. Não podemos jogar dinheiro público fora dessa maneira. Em um mês inaugura, no outro mês para de funcionar. Isso aí é a prova concreta de que falta, por parte deste governo, planejamento e não iremos parar de cobrar que as coisas funcionem no Estado da Bahia e nesse caso específico na minha querida cidade de Casa Nova.

Ouvirei com prazer o Líder do Partido dos Trabalhadores, meu amigo deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Fui Líder do partido, agora é o deputado Joseildo Ramos.

Deputado Adolfo Viana, tenho simpatia pelo projeto de iniciativa do deputado Prisco, mas ele não é para aquisição de armas para atender os interesses da sociedade. O projeto do deputado Prisco é de aquisição de armas particulares para os policiais, com redução de ICMS, que tem a minha simpatia. Obviamente é o Líder do Governo que tem de discutir esse tema, porque todos os policiais militares hoje têm armas.

Diferentemente do passado, quando o cara usava meio-dia e passava para outro. Hoje todos têm.

Na realidade, o projeto é para os policiais militares adquirirem armas particulares com redução de ICMS e tem ainda a minha simpatia por ele.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Rosemberg, a informação que eu tenho de alguns policiais é que nem todos têm armas. Mas o que eu disse a V.Ex^a e repito aqui, é que no momento que um policial compra uma arma não é para defender a sua pessoa física, é justamente para defender a sociedade. Todo policial bem armado está a serviço da sociedade. Concordando com V.Ex^a. Acho que esse projeto é um projeto que precisa ser colocado em prática o mais rápido possível.

Se um policial tem à disposição de pegar do seu próprio dinheiro e comprar uma arma, essa arma vai ser usada em benefício de quem, se não da sociedade? Com certeza, ela será utilizada em benefício da sociedade. Portanto, eu quero parabenizar o deputado Prisco pela indicação do projeto. E quero ter o prazer de parabenizar, também, o governador se assim ele entender e aprovar esse projeto de lei. Agradeço a tolerância, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PSL/PROS, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Carlos Geilson:- Excelência...

O Sr. Paulo Rangel:- Não. Ainda tem o deputado Carlos Geilson para falar.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Deputado Carlos Geilson, queira me desculpar, por favor. Porque eu inverti.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Esperar para ver a colocação do tempo. O.K.

Sr. Presidente, deputado Aderbal Caldas, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o avanço da criminalidade na Bahia ocorre em todas as áreas. Isso ninguém tem dúvida. O número de homicídios aumenta como aumenta o número de ataques a bancos, multiplicam-se os roubos de carros e os assaltos em ônibus e também o roubo de animais em nosso Estado, especialmente na região de Feira de Santana.

Para que os senhores tenham uma ideia, em setembro, ocorreram, na capital do Estado e nos municípios da Região Metropolitana, nada menos que 392 roubos e furtos de veículos. Vou repetir: em setembro, ocorreram na capital do Estado e nos municípios da Região Metropolitana nada menos que 392 roubos e furtos de veículos. Pasmem, senhores e senhoras, uma média de 13 por dia.

O número é alarmante, Sr. Presidente. É quase 5 vezes mais que o registrado no mesmo mês do ano passado.

Veja bem, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, em setembro de 2016 foram registrados 82 furtos e roubos de veículos. Em setembro deste ano, foram 392. Olha só, salta em setembro de 2016 de 82 para 392 no mês de setembro passado. O que equivale a 310 casos a mais.

E aí ouço o Líder do Governo, o deputado Zé Neto, que está de malas prontas para Brasília a partir de 2019, e o Líder do Partido dos Trabalhadores, o nobre deputado Joseildo Ramos, a quem prezo muito, dizerem que nunca antes na história da Bahia se investiu tanto em segurança pública. Dizem, os nobres deputados, que o governo contratou mais policiais, que gastou mais dinheiro com segurança pública.

Ora, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, se há mais policiais, se o governo está gastando mais dinheiro e a criminalidade avança é porque os recursos humanos, os recursos financeiros não estão sendo bem administrados e bem aplicados. Em síntese, então, está faltando o quê? Comando. Há ineficiência no comando da segurança pública.

Se os recursos são aplicados na segurança e o crime toma conta da Bahia, é porque o dinheiro, volto a frisar, está sendo mal aplicado e falta gestão.

Aí vou plagiar o celebrado Gregório de Matos: “Triste Bahia, Triste Bahia!”. Onde falta gestão pública e sobra insegurança. Triiiiiste Bahia! Onde falta governo e a criminalidade avança.

Por mais que o governo tente justificar que a violência é um fenômeno que acontece em todo Brasil, especialmente na Bahia os números são irrefutáveis.

Meu caro deputado Antônio Henrique Jr., veja bem, em setembro de 2016 tivemos 82 furtos e roubos de veículos. Em setembro deste ano, em Salvador e Região Metropolitana, 392. Veja o salto, veja que foram 310 casos a mais! Se o governo diz que está gastando muito mais, contratando policiais, investindo mais financeiramente e equipando as nossas polícias, e a criminalidade avança, chego à conclusão que o problema está na gestão. O comando está ineficiente, está fracassando no combate ao crime organizado.

Duvido que no Brasil uma capital tenha tido um salto dessa magnitude, negativo, como teve Salvador e Região Metropolitana, comparando de um ano para o outro, setembro de 2016 para setembro de 2017. Moral da história, a Bahia, em termos de segurança pública, vai muito mal.

Aí eu tenho que dizer: “Triiiiiste Bahia!”. Gregório de Matos. Triste Bahia em todos os sentidos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Bloco Parlamentar PSL/PROS, para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos. O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, o deputado Zé Raimundo falará pelo tempo de 5 minutos, e o deputado Joseildo Ramos falará pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, os que nos assistem através da *TV Assembleia*, os presentes nas Galerias Paulo Jackson, realmente o governo Temer está destruindo toda agenda positiva de conquista do povo brasileiro.

O orçamento deste ano é a prova de que o governo do PMDB, PSD, DEM e de outros aliados não só destruíram as conquistas sociais. Praticamente zerou o orçamento da assistência social, a não ser aquelas rubricas obrigatórias.

Mais do que isso, a proposta do governo Temer mereceu a atenção da comunidade científica internacional na área da ciência e tecnologia. São 23 cientistas agraciados com o Nobel que se manifestaram através de um documento publicado em todos os organismos internacionais protestando, mostrando que o governo Temer vai destruir a jovem, mas crescente e já respeitada ciência brasileira. Cria um clima, dentro das universidades, dentro das instituições científicas de derrotismo, desistência e desencanto.

E nesta linha, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e os que nos assistem através da *TV Assembleia*, começa também uma perseguição política dentro das universidades.

O reitor Naomar Alcântara Filho acaba de ser demitido da Reitoria da Universidade Federal do Sul da Bahia, porque o cargo dele era *pro tempore*.

Para os senhores terem uma ideia, o Edgar Santos assumiu o reitorado *pro tempore* em 1946 e ficou até os anos 60. Graças a essa estrutura que precisava ser permanente que Edgar Santos estruturou a nossa UFBA como sendo um grande centro intelectual e científico dos anos 50, com dança, música, escola de cinema, centro de pesquisa na área de geologia, que deu grandes cientistas na área de planejamento urbano.

Enfim, é o que o Naomar está fazendo com o Sul da Bahia em convênio com a Universidade de Coimbra. Esse modelo que o Naomar implantou na Bahia tem um grande colaborador que é o Boaventura Souza Santos, catedrático da Universidade de Coimbra, sociólogo respeitado no mundo inteiro com mais de seis centros internacionais de pesquisa na área social, na África, na América Latina, na Europa, nos Estados Unidos. É talvez hoje o cientista social do “Terceiro Mundo”, entre aspas, do Sul, mais conhecido e respeitado internacionalmente, ele que foi e é ainda um incentivador do Fórum Social Mundial. Boaventura Sousa Santos acaba também de publicar uma carta que está sendo divulgada no mundo inteiro.

Hoje, infelizmente, o Sul da Bahia está sendo lembrado. Já é conhecido por conta de Jorge Amado, por conta de Porto Seguro, como Território do Descobrimento, e agora por conta da Universidade Federal do Sul da Bahia, que tem o DNA e a concepção também de Boaventura Sousa Santos. Escreveram um livro, ele e Naomar, chamado A Nova Universidade, sobre um modelo de universidade que se organiza juntamente com o ensino médio. Os meninos do Sul da Bahia, os meninos das escolas públicas não precisarão do ENEM, já irão direto para a universidade, para

os colleges, ou seja, um modelo extraordinário, que tem a base também na Europa. E esse reitor foi demitido por conta do clima que se instaurou no Brasil.

Da mesma forma, Srs. Deputados, um acontecimento trágico ontem, em Santa Catarina. O reitor Dr. Luis Carlos Cancellier de Olivo se suicidou, tudo indica, após uma acusação sem provas, sem ser ouvido. O reitor escreveu uma carta, no dia 28 de setembro, para o *jornal O Globo*, como se fosse um testamento e uma denúncia. Ele se suicidou por conta do clima de perseguição, inclusive da Polícia Federal, sem nenhuma base, por conta desse clima de perseguição às inteligências que se instaurou no Brasil.

Obrigado, Sr. Presidente. Mas esse é um assunto que merece a nossa atenção. Voltarei a ele em outra oportunidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados aqui presentes, subo a esta tribuna para tratar da atual situação em que nos envolve a política neste momento.

Observem, aqui na Bahia o PMDB, o DEM, o PSDB, aqueles partidos que dão sustentação ao governo Temer, todos estão revestidos de um silêncio muito grande nas manifestações públicas, nos diversos discursos aqui na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Apoiam, mas não verbalizam esse apoio. Imaginem os senhores, nós apoiamos uma força política, mas o silêncio passa a ser o nosso grito, o grito de guerra. Escondem-se e não verbalizam o apoio a Temer.

É certo que ele está apontando para vender aquilo que nos é mais caro. Agora, recentemente, com os preços deprimidos em função da crise macroeconômica, venderam quatro hidroelétricas mineiras, atacando uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, a inveja do mundo desenvolvido, do mundo moderno, a matriz energética deste País, construída a duras penas. Logo, logo, a CHESF, incluída na Eletrobras, será objeto da sanha entreguista daqueles que querem o retrocesso deste País.

Tudo isso estimulado pelo silêncio daqueles que apoiam o governo que só é considerado satisfatório para míseros 3% da população brasileira. Oitenta e sete por cento dos brasileiros não respeitam um presidente que, para qualquer lugar do mundo que vai não tem plateia, não tem companhia em suas fotos, porque ninguém quer sair numa fotografia ao lado do atual presidente do Brasil. Nunca, em tempo algum, tivemos que sofrer esta realidade inglória, porque o mundo lá fora vê nesse governo ilegítimo uma das piores páginas ainda não viradas da nossa história.

Pois bem, é exatamente esse governo, é exatamente esse Parlamento, o Congresso Nacional, que vira as costas, ceifando e pavimentando caminho para a retirada das conquistas que nos últimos 13, 14 anos nos fizeram diferentes perante os olhos do mundo, exatamente nós brasileiros, que, durante 5 séculos, sequer podemos gozar os primeiros degraus da construção do Estado de bem-estar social entre nós.

Imaginem os senhores o que virá pela frente em 2018. O candidato, olhem bem, o candidato que foi o adversário da ex-presidente Dilma sequer tem 1% de intenção de votos, e seus companheiros coxinhas também não apresentam quaisquer viabilidades. Além deles, só a direita empedernida, fascistas é que apresentam uma candidatura apontando a luz vermelha aqui no Brasil com o que acontece no mundo. Tanto é que em Alagoinhas, deputado Rosemberg Pinto, tivemos agora, Alex Lima, um exercício militar nas ruas de Alagoinhas para o exercício de manutenção da lei e da ordem, nem sequer na ditadura isso aconteceu. Há poucos dias dezenas e dezenas de equipamentos, veículos, centenas e centenas de soldados, nas ruas e praças de Alagoinhas, fazendo o exercício de manutenção da ordem pública, numa das cidades mais importantes. Que recado é que se quer dar para o nosso querido País?

Então, é um alerta a que todos nós teremos que estar submetidos, empunhando a bandeira de manter o ambiente democrático. E o Parlamento baiano, considerando a sua tradição histórica, tem que estar a postos para velar pela sanidade da jovem democracia, que, entre nós, estamos a construir.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PCdoB/PDT/PRP, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

(O Sr. Deputado Bobô fala fora do microfone.)

Ah! Você disse que não ia falar!

(O Sr. Deputado Bobô fala fora do microfone.)

Então, tudo bem, foi porque entendi mal.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, pelo tempo de 11 minutos, o deputado Bobô.

O Sr. Paulo Rangel:- Fez gol contra... (Risos.)

O Sr. BOBÔ:- Sr. Presidente, boa tarde. Boa tarde Sr^{as} e Srs. Deputados, queria iniciar esta fala parabenizando Helio Ferreira, que é o presidente do Sindicato dos Rodoviários da Bahia e se reelegeu mais uma vez. Pelo seu comando, pelo seu trabalho, a gente entende que é absolutamente legítima, justa essa conquista do Hélio, que, por sinal, também é um vereador muito atuante aqui na nossa querida capital, Salvador. Portanto, parabéns a Hélio por se reeleger e, acima de tudo, por defender uma classe tão importante como a dos rodoviários.

Mas, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, queria chamar atenção para o problema que os rodoviários enfrentam aqui na capital e vou ler um e-mail que recebi da categoria, exatamente em alusão a esse grave problema para o qual espero que se encontre rapidamente uma solução.

(Lê) *“Saúdamos o ilustre deputado estadual Raimundo Nonato Tavares, o Bobô, que costumeiramente e de maneira muito prestativa tem entendido as demandas da categoria rodoviário.*

Na ocasião solicitamos a atenção do companheiro para o problema que o trabalhador rodoviário tem enfrentado no tocante da integração com o metrô de Salvador.

Gostaríamos de informar ao deputado a indignação do trabalhador rodoviário com o desrespeito por parte da CCR METRÔ Bahia, Prefeitura de Salvador e a secretaria da Casa Civil do governo do estado da Bahia, mediante a indefinição da gratuidade dos rodoviários no metrô de Salvador.

Os rodoviários, que muito contribuem para o crescimento e desenvolvimento da cidade, hoje são barrados ao tentarem ingressar no metrô através do VTE – Vale Transporte Eletrônico, disponibilizado pelas empresas.

Os demais trabalhadores de outros segmentos utilizam do VTE para realizar a integração e ter acesso ao transporte sobre trilhos, já o rodoviário, responsável por levar a população para integração, não dispõe do mesmo direito, tendo que desembolsar o valor integral para dar passagem para embarcar no modal.

Vale lembrar que com a retirada de algumas linhas por conta do metrô torna-se ainda mais difícil a mobilidade do trabalhador rodoviário na cidade.

Por conta do descaso com a categoria, salientamos a possibilidade de protesto pela cidade, para pressionar as instituições responsáveis pela não integração do rodoviário no metrô.

Por isso solicitamos ao camarada que está sempre solícito às demandas da categoria o intermédio nesse impasse que tem trazido prejuízo ao trabalhador rodoviário.

Na certeza de que seremos prontamente atendidos, agradecemos ao deputado por mais uma vez lutar junto ao trabalhador rodoviário da Bahia.

Juntos somos mais fortes.”

Eu queria chamar a atenção para a necessidade de integrar o trabalhador rodoviário, o motorista de ônibus ao metrô de Salvador, Zé Neto. Acho que esse assunto o governo pode mediar junto à empresa CCR, já que todos os outros trabalhadores têm acesso de forma integral, ou seja, com bilhete único; passa, integra o metrô e vai para a sua casa. Os rodoviários deixam o trabalhador no metrô, e não têm acesso, não podem ir para casa se não pagarem integralmente essa passagem.

É um verdadeiro absurdo isso. Eu já tratei desse assunto, pessoalmente, na Casa Civil, com o secretário Bruno Dauster, junto ao presidente do Sindicato dos Rodoviários da Bahia, Hélio Ferreira, e à comitiva do Sindicato, chamando a atenção do governo para que se possa mediar no sentido de resolver esse problema. É um problema muito sério. Ontem nós tivemos aqui um número muito grande de metroviários tratando dessa e de outras questões, mas em especial esse Sindicato. Acho que é justa essa solicitação e necessária uma solução do governo da Bahia na

mediação com a empresa concessionária, ou seja, a CCR, que cuida do metrô da Bahia.

Sei que não é de responsabilidade direta do governo do Estado, mas é necessário que o governo não vire as costas para essa categoria, que é muito importante e, aliás, é aliada do governo, parceira do governo e constrói uma sociedade soteropolitana melhor.

Então, para que não haja paralisações, para que não haja um movimento de greve, para que não haja problemas com a população de Salvador, entendo que tem que sentar a CCR, a prefeitura de Salvador e o governo da Bahia para encontrar uma solução rápida e definitiva com relação a essa questão dos rodoviários de Salvador, em especial. Estou me referindo aos rodoviários de Salvador, aos motoristas de ônibus de Salvador, para que eles possam ser integrados à linha do metrô sem nenhum problema. Eles já ganham pouco, já são explorados pelos patrões e agora têm que pagar integralmente o bilhete do metrô. Por isso, eu fiz questão de falar, Sr. Presidente, a respeito disso, porque entendo e respeito essa categoria, e todos nós conhecemos a sua capacidade de mobilização. É uma categoria importante, que, obviamente, terá o apoio de todos nós no sentido de conciliar e encontrar uma maneira de resolver em definitivo o problema do metroviário e também do rodoviário desta capital, nossa querida Salvador.

Era essa exposição, Sr. Presidente. Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou Líder do Bloco Parlamentar DEM/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Não há orador, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra, o nobre Líder da Maioria ou Líder do PT para falar ou indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador, Sr. Presidente.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Ordem do Dia.

Projeto de Lei nº 22.417/2017, de autoria do Poder Executivo. Como foi encerrada a discussão na sessão passada, o colocamos em votação.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto.

O Sr. Zé Neto:- Pela ordem também, Sr. Presidente.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, solicito de V.Ex^a a verificação de quórum de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, eu queria aproveitar e solicitar que seja aplicado o tempo de 25 minutos para que os Srs. Deputados e as Sr^{as} Deputadas possam se locomover até o Plenário.

Eu queria convidar os deputados e deputadas que se encontram na Casa, nos seus gabinetes, nós estamos fazendo, aqui, a revisão do quórum de votação, precisamos de 32 deputados em Plenário. E eu queria convidar as deputadas e deputados para ver se a gente vai fazer essa votação acontecer mais cedo hoje. Só temos um projeto em pauta, que é o projeto do BNDES, ele já está com a obstrução toda encerrada, não há mais nenhuma inscrição a ser feita, portanto seria rápido convocar os deputados e deputadas.

Peço aos deputados e deputadas que estão no cafezinho, nos corredores, nos seus gabinetes... pediria a Nei que chamasse a deputada Ivana, que me disse que iria ali rapidamente na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que ela possa também se deslocar para aqui...

Então, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, vamos agora pedir o tempo de 25 minutos. Eu queria solicitar aos Srs. Deputados e às Sr^{as} Deputadas que se deslocassem para o Plenário.

Sr. Presidente, ainda tenho 3 minutos, eu queria aproveitar só para colocar uma questão que acho essencial neste momento. Eu ouvi muita coisa sobre segurança pública hoje, quero apenas salientar que no governo que estamos vivendo hoje na Bahia a segurança pública é tratada com toda a responsabilidade.

É um problema nacional, eu diria que é um problema internacional. Foi vista ainda ontem aquela tragédia nos Estados Unidos, o que mostra que segurança pública não é uma situação simples, e nós temos enfrentado aqui com muito rigor.

Inclusive, a Bahia não esconde dados, como alguns Estados fazem, como é o caso de São Paulo. A Bahia assume a sua responsabilidade. E acho mesmo que a Oposição deveria, em vez de ficar só na reclamação, olhar um pouquinho o passado e o que deixaram no Estado. Deixaram uma tragédia no Estado. Os policiais militares receberam uma GAP, hoje já estão na quinta. Nós chegamos aqui com o 23º pior salário do Brasil para os policiais militares, 22º para os policiais civis, hoje estamos entre os cinco melhores salários nas duas categorias. Nunca se pensou em ter um plano de carreira na Polícia Civil; nunca se pensou em ter um projeto de carreira para a Polícia Militar; enfim, uma lei de organização da Polícia Militar, tudo isso aconteceu com diálogo com as Polícias Militar e Civil.

Quando chegamos no Estado, havia 440 carros, deputado que ora preside a Casa, Alex Lima, 440 carros funcionando. Em Feira, nós tínhamos duas camionetes e quatro Merivas funcionando para valer. Na Polícia Civil, nós tínhamos três carros, hoje deve ter uns 26. Faz 10 anos, é bem verdade, mas olhe a diferença! A Polícia Militar deve ter mais de 70.

No Brasil, a nossa polícia foi a que teve mais crescimento no contingente, e sabemos que há ainda muito o que fazer. Não estou dizendo que está bom, que está ótimo, não. Estou dizendo que, diante do quadro nacional, da realidade que se vive,

este Estado tem, com muita responsabilidade, encarado essa tarefa da segurança pública.

E digo mais aos deputados da Oposição: se continuarem nessa pancada de só fazerem crítica, de não trazerem opinião, de não trazerem projeto para se discutir, de não oferecerem medidas, situações relevantes que possam vir à luz no debate, irão mais uma vez perder a eleição feio! Acho que não vão nem disputar, nesse tom não vão conseguir nem disputar. Como vocês vão disputar a eleição se não tem projeto, se não apresentou nada, se não diz o que pensa, se não diz o que quer, se só diz o que está faltando?

Gente, vamos botar o pezinho no chão e dizer o que nós temos e o que pode ser melhorado, aí dá para começarmos a ter uma conversa maior, mais dura, como fizemos quando éramos Oposição, fazíamos a crítica, íamos para cima, mas sempre tivemos opinião do que fazer e para onde seguir. Então era isso.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V.Ex^{as} serão atendidos, peço que zerem o painel e contem os 25 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem, Sr. Presidente!

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu queria neste momento convidar todos os deputados da Situação, principalmente, e todos os deputados da Casa a se fazerem presentes, já que nós vamos ter a votação de um projeto importantíssimo para o Estado, que é a autorização de crédito do BNDES. Então, todos os deputados, para que a gente vote, inclusive, rapidamente, estamos aqui, neste momento, solicitando a questão de ordem.

E queria aproveitar também, presidente, para dizer que o governador Rui Costa está de parabéns, ele anunciou a recuperação de mais de 300 quilômetros da BA- 210, que liga a cidade de Paulo Afonso à cidade de Juazeiro da Bahia, passando por Glória, Rodelas, Abaré e Curaçá, Barra do Parnachiu. É uma estrada que foi construída há alguns anos, uma construção que não contou com o aperfeiçoamento técnico devido, o que, inclusive, possibilitou a deterioração muito rápida daquela BA. Agora nós vamos ter a sua recuperação, assim como temos o prazer de dizer que já está saindo a licitação de outro trecho da BA-210, que liga Piçarrão ao centro de Sento Sé, no Estado da Bahia, o que vai possibilitar uma condição de tráfego bem mais digna para cerca de 280 mil habitantes de Sento Sé, Sobradinho e Juazeiro.

Mas queria novamente aqui enfatizar a necessidade dos deputados se fazerem presentes para que a gente venha obter o quórum de votação. Nós somos 22 Srs. Deputados, está chegando a deputada Neusa, 23^a. Os deputados que estão no cafezinho, nos seus gabinetes, nos corredores desta Casa, por favor se façam presentes, já que existe um pedido de verificação de quórum de votação. Precisamos votar esse projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputada Fátima Nunes; depois, o deputado Rosemberg Pinto; depois, o deputado Leur Lomanto Junior; e depois, o deputado Antônio Henrique.

A Sr^a Fátima Nunes:- Deputado presidente, quero também convidar todos e todas, deputadas e deputados que estão na Casa, para, o mais urgentemente possível, se fazerem presentes aqui para a votação. E pelo tempo que eu tenho para essa questão de ordem, eu queria parabenizar o nosso governador porque ontem tivemos uma posse fantástica, muito alegre, participativa, que trará muitos resultados para a cultura da nossa Bahia.

O nosso governador foi grandioso em parabenizar e agradecer pelo trabalho do ex-secretário de Cultura, Jorge Portugal, mas também aplaudiu com muito carinho a posse da nova secretária, Arany. Mas os meus parabéns aqui são exatamente porque nós mulheres sempre lutamos e queremos mais mulheres no poder, e hoje, entre os secretários que compõem o governo Rui Costa, nós temos a presença de cinco mulheres: a secretária de Promoção da Igualdade (Sepromi), Fabya Reis; a secretária de Políticas para as Mulheres, Julieta Palmeira; a secretária de Trabalho, Emprego e Renda, Olívia Santana; a secretária de Desenvolvimento Urbano (Sedur), Jusmari, e a secretária Arany, que foi empossada ontem.

Acabou na hora que eu terminei. Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Há quórum para votação.

Em votação o Projeto de Lei nº 22.417/2017, do Poder Executivo. Autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de créditos firmadas com recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao amparo do art. 2º, Lei Complementar federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado. Contando os votos contrários da Oposição, dos presentes.

PROJETO DE LEI Nº 22.417/2017

Autoriza o Poder Executivo a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional e Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a renegociar as operações de crédito firmadas com recursos do Banco Nacional e Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, ao amparo do art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156, de 28 de

dezembro de 2016, mantidas as garantias e contragarantias convencionadas originariamente.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu queria pedir aqui à força tarefa e ao deputado Leur, que é do PMDB,... Vai ser criada uma comissão para discutir quais são os rumos da nossa Ceplac, que será coordenada por Juvenal Mainard, eu queria ver se nós tiraríamos alguns deputados para que pudéssemos acompanhar e para que a própria Assembleia pudesse debater sobre essa instituição tão importante para a cultura da nossa região sul da Bahia.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Eu gostaria de concordar com a sugestão do nobre deputado Rosemberg. Sem sombra de dúvidas, é um dos assuntos importantes que temos a tratar no Estado da Bahia. E eu sugiro ao deputado Rosemberg que faça uma solicitação aos Líderes partidários para ver quem tem interesse em acompanhar essa discussão relacionada à Ceplac. Na próxima reunião, a gente discute e vê quem está disposto a participar dessa importante discussão.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.